

**23 e 24
Julho
2017**



CLIP PING

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras
luguêis



ANTÔNIO MOREIRA - 18/04/2016

BR-101 EM IBIRACU: a Eco101, que administra a rodovia no Estado, informou que vai pedir alteração no contrato de concessão para que a duplicação da estrada aconteça de forma diferente da prevista em contrato

BR-101

Hartung e Comissão cobram explicações sobre duplicação

O governador solicitou reunião com a ANTT para falar sobre o contrato de concessão, e deputados acionaram o Ministério Público

Lucas Rezende
Verônica Aguiar

As obras de duplicação da BR-101, que se arrastam desde os quatro primeiros anos de privatização da via à concessionária Eco101, não vão sair do papel como previsto no edital de concessão. Desde 2014, quando os pedágios na rodovia começaram a ser cobrados pela Eco101, já foram arrecadados R\$ 550 milhões.

O acordo era que as obras fossem realizadas por trecho, com previsão

de que, até 2023, 90% da extensão da rodovia fosse duplicada. Além disso, o contrato de concessão previa que até 2018 a concessionária teria de duplicar os trechos com maior volume de tráfego.

No entanto, a Eco101 declarou que não fará a duplicação conforme prevista no contrato. "Foi pedida uma repactuação do contrato de concessão para que a duplicação aconteça de forma diferente da prevista", informou.

Diante disso, a Comissão de Fiscalização da BR-101 no Congresso, formada por deputados federais do Estado, afirmou que vai pressionar o governo federal e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em relação às obras de duplicação.

O deputado federal Helder Salomão disse que a comissão vai acionar o Ministério Público Federal para que a concessionária seja in-

vestigada. Também vai convocar audiência pública para colocar frente a frente a Eco101 e a ANTT, a agência reguladora do contrato.

O deputado Marcos Vicente, presidente da comissão, faz coro: "Não compete à concessionária Eco101 definir se realizará ou não a duplicação da BR-101."



RODRIGO GAVINI - 28/07/2016

HARTUNG: solução para usuários

"Estão em curso no Tribunal de Contas da União procedimentos para avaliar a atuação da concessionária, se houve ou não ações administrativas impetradas a fim de atrasar as obras. Além disso, a concessão faz parte de um conjunto de licitações públicas mal elaboradas pelo governo federal."

O governador Paulo Hartung informou ontem que já solicitou uma reunião na ANTT para tratar do assunto e do contrato em vigor.

"A obrigação de fiscalização é do governo federal, mas o governo estadual solicitou a reunião para encontrar caminhos e buscar uma solução. Essa via é importante para o Espírito Santo e para o Brasil. Parte importante da economia brasileira, e muitos passageiros passam por ela", destacou.

Ele frisou que quer uma solução que beneficie os usuários que já pagam pedágios.

OAB vai à Justiça para Eco101 cumprir o contrato

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Espírito Santo (OAB-ES), está determinada a acionar a empresa Eco101 na Justiça para que ela seja obrigada a cumprir o contrato de duplicação da BR 101.

O presidente da entidade, Homero Mafra, afirmou que nesta semana irá reunir advogados e a diretoria da entidade para decidir quais os caminhos jurídicos mais apropriados nesta causa.

"Acionaremos o Ministério Público e possivelmente entraremos com ação judicial contra essa decisão. A população capixaba não pode sofrer prejuízos, já que há anos estamos pagando pedágio", disse.

Mafra afirmou também que espera que todos os órgãos públicos estaduais se unam nesse momento e tomem medidas efetivas contra esta decisão.

"Esperamos que inclusive a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a ANTT, se posicione contra essa decisão", complementou o presidente da Ordem dos Advogados.

ENTENDA O CASO

Concessão

A ECO101 ADMINISTRA o trecho de 475,9 quilômetros da BR-101, sendo 17,5 quilômetros no estado da Bahia e 458,4 quilômetros no Espírito Santo, onde a rodovia passa por 25 municípios, desde o trevo de acesso a Mucuri, no Sul da Bahia, até a divisa com o Rio de Janeiro.

A ECO101 tem a concessão da BR-101 desde 13 de maio de 2013.

Contrato

O CONTRATO é de 25 anos e a concessionária teria que duplicar os trechos com maior volume de tráfego até cinco anos após assumir a rodo-

via. A concessionária admitiu atrasos nas obras.

AS OBRAS de duplicação seriam por trecho, sendo que 90% da extensão da rodovia deveria estar duplicada até 2023.

A EXPECTATIVA em torno da duplicação é voltada para o desenvolvimento, como oportunidades de negócios criadas ao longo da BR. Além da melhoria nas condições de tráfego e diminuição de acidentes.

EM MATÉRIA do jornal A Tribuna publicada no dia 31 de março deste ano, o diretor superintendente da Eco 101, Roberto Paulo Hanke afirmou que os principais entraves para que as

obras aconteçam dentro do previsto são as licenças ambientais, a desocupação das áreas em que as obras vão passar e a desapropriação de terrenos.

Pedágio

A COBRANÇA do pedágio começou a ser feita em maio de 2014. Ao todo, atualmente, para percorrer toda a rodovia, o usuário paga um total de R\$ 30,80.

O REAJUSTE no valor do pedágio já foi questionado devido ao não cumprimento de cláusulas do contrato.

Fonte: Pesquisa/AT.



ANTÔNIO COSME - 27/06/2016

PRAÇA DO pedágio na Serra: cobrança acontece no Estado desde maio de 2014

ATAQUES NA GRANDE VITÓRIA

Perfil falso torna técnica em prostituta

Duzentos pedidos para programa em 12 horas de exposição custaram uma noite sem dormir, tristeza e um dia de estudo perdido para uma técnica em enfermagem, de 22 anos, após a divulgação de um perfil falso.

Ela procurou a Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos (DRCE), desesperada por não aguentar mais ter o número de telefone associado a um anúncio de uma suposta prostituta.

A divulgação foi pela rede social. Na condição de não mostrar o rosto e não se identificar, a técnica explicou para a reportagem que uma pessoa, até então desconhecida, criou um perfil no Tinder, um dos principais aplicativos quando o assunto é paquera.

"Eles abriram um perfil com a foto de uma mulher loira, em nome de outra pessoa, porém, com o

meu número de telefone, chamando para uma conversa no WhatsApp. O perfil anunciava programa", contou a técnica.

Ela relatou que a primeira mensagem chegou às 23 horas de quinta-feira e, até o fechamento desta reportagem, o celular não parou de receber notificações e ligações. "Foi desesperador. Meu número foi espalhado e mais de 200 homens e mulheres me procuraram. Minha família ficou desesperada. Meu namorado quase pirou", desabafou a vítima.

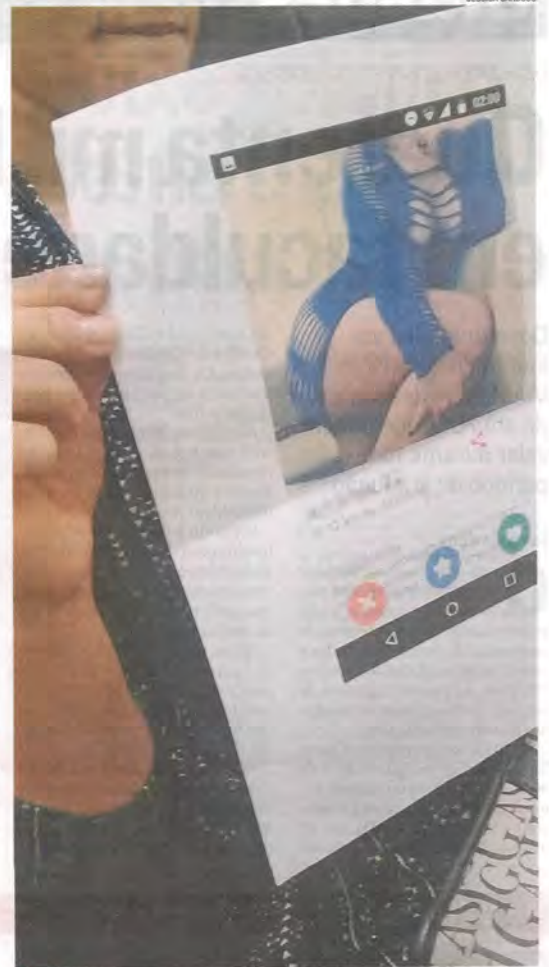
A técnica disse que tem a linha telefônica há mais de cinco anos, e a única saída que vê é mudar o telefone e denunciar. Ainda não se sabe quem foi, mas ela desconfia que possa ser um ex, por vingança.

A delegada Cláudia Demattê lembra que os crimes contra a honra estão cada vez mais comuns.

"É diário. A nossa Constituição garante a liberdade de expressão, mas as pessoas acabam esquecendo que essa liberdade não é absoluta. A partir do momento que atinge a honra de outra pessoa você pratica um crime. Achar que podem se valer de um falso anonimato", esclareceu.

A delegada destacou que a legislação, Lei Carolina Dieckmann, contra invasão de dispositivos eletrônicos, precisa evoluir e que os crimes deixam vestígios.

"São ofensas por xingamentos, montagens e divulgação de conteúdo. Mas é bom lembrar que, assim como no mundo real, no mundo virtual tem punição e até mais grave, podendo ter a pena aumentada em um terço, por ser no ambiente virtual. Porque num clique você difunde aquela informação para inúmeras pessoas".



VÍTIMA mostra imagem em aplicativo que foi divulgada com seu telefone

FALA, LEITOR!

FOTOS: JESSICA CARDOSO



GABRIEL MARQUES, 38, analista de sistemas

"Tento tomar o máximo possível de cuidado. Tenho um bom antivírus e tudo que vem de banco eu suspeito"



ROSEANE COSTA, 37, auxiliar administrativo

"Para evitar golpe, eu não abro e-mail desconhecido. Já vi casos de hackers copiarem informações nossas"



CAMILA SANTOS, 28 anos, fotógrafa

"Eu costumo mais fazer aquilo que é o básico, que é fazer instalação de um antivírus e colocar senhas"



ANTONIO COSME - 08/10/2015

DELEGADA MICHELLE MEIRA COSTA recomenda que vítimas não se intimidem e denunciem coação, ameaças e agressão psicológica

Agressores ameaçam ex

As mulheres são maioria entre as vítimas de crimes eletrônicos e, segundo especialistas, inclusive, são objetos de estudo. De acordo com a delegada Michelle Meira Costa, titular da Delegacia da Mulher (Deam) de Cariacica, agressores ainda têm usado a internet para ameaçar as ex.

"Infelizmente é bem comum. Geralmente, as vítimas ficam constrangidas até de contarem. Estavam num relacionamento e se permitiram fazer uma fotografia ou filmagem mais íntima. Por não aceitarem o fim, os ex as ameaçam com essas imagens", explicou.

A titular ainda pontuou que esse tipo de ameaça não deixa de ser uma agressão psicológica. "Através dessa agressão, o autor faz com que a vítima fique com ele, gerando um constrangimento ilegal, obriga o que a lei não obriga. A pena pode

chegar a um ano", explicou.

Para evitar essa situações, a delegada deu uma dica. "Orientamos que, por mais que tenha um relacionamento confiável, primeiro se preserve. Há situações que as mulheres nem sabem que foram gravadas. Mas caso a gravação já tenha ocorrido, digo para elas não se intimidarem e denunciarem".

O especialista em tecnologia Eduardo Pinheiro lembrou que o cerco está se fechando para os criminosos.

"Cada crime tem uma forma de repressão e prevenção diferente, mas o cerco vai se fechando para os cibercriminosos. Com o advento do Marco Civil da Internet, em 2012, tornou-se possível a rastreabilidade das ações. Tudo que é feito deixa registros, que são rastreados e identificados o dispositivo informático usado".

Vítimas vão aos cartórios para registrar crimes

Para não serem encontrados, criminosos da internet acabam apagando mensagens que possam incriminá-los. No entanto, as vítimas têm encontrado nos cartórios uma ferramenta para registro de informações, que se tornam provas, por meio das atas notariais. No Estado, são registradas cerca de duas mil por mês.

De acordo com Rodrigo Reis Cyrino, diretor do Tabelação de Notas do Sindicato dos Notários e Registradores do Espírito Santo (Sinoreg-ES) houve um aumento de mais de 100% na confecção de atas, principalmente, em relação aos crimes eletrônicos.

"A Ata Notarial é um documen-

ARQUIVO PESSOAL



RODRIGO REIS: confecção de atas

to que é registrado em cartório. Ela serve de prova. Tem fé pública. Ela é feita com base na descrição de todo o arquivo, que pode ser texto, foto ou vídeo. O funcionário descreve cada detalhe e o documento fica arquivado. Dali, a vítima tem uma prova antes que o autor apague a mensagem. Uma prova contra a impunidade", explicou Cyrino.

Segundo o diretor, o recurso exige uma análise de todo o material, a função é de prova. "A procura por esse serviço mostra o quanto tem aumentando esse tipo de crime. Por mês, em cidades do interior são registradas até 10 atas, enquanto na Grande Vitória o número sobe para 40. Uma média de até 2 mil atas notariais por mês, que tornam a informação permanente", destacou.

OS NÚMEROS

2 mil atas notariais registradas por mês
10 registros mensais em cartórios do interior do Estado

ANÁLISE

Lyrio Régis de Souza Lyrio, juiz da 1ª Vara Civil de Vila Velha



"Criminoso acredita no anonimato"

"A Lei Carolina Dieckmann prevê uma proteção contra a invasão de dispositivos informáticos. Há críticas em relação ao texto da lei, visto como muito aberto, levando ao subjetivismo. Uma matéria aprovada muito rápida, acelerada pela repercussão.

Mas os juristas criticam o texto da lei, dizendo que é um conteúdo aberto e dá margem a interpretações. Um exemplo foi a aplicação da lei, em uma situação da primeira dama, mulher do presidente em exercício, onde foi determinado que não se publicasse em um jornal, um texto que a envolvia em uma questão de material digital invadido. Houve críticas e alguns entenderam como censura. Foi visível o problema de interpretação.

Vale destacar que os criminosos agem acreditando no anonimato, mas não é assim. O protocolo da internet é identificado e quebra o anonimato. No mundo digital, a gente não compreende que tudo que você coloca em meio digital, se torna público. É preciso informação e cuidado".

Indenização de 3 mil por espera em fila de banco

Segundo especialistas, consumidor pode entrar com ação na Justiça caso lei que determina tempo de atendimento seja descumprida

Caio Miranda

Grande parte das operações bancárias são realizadas, atualmente, por computadores e smartphones. Mesmo assim, em alguns dias, ainda há filas nas agências e, segundo especialistas, essa espera pode render indenizações de até R\$ 3 mil.

É o que garante o juiz titular do 4º Juizado Cível de Vitória, Paulo Abiguim Abib. Desde janeiro do ano passado, ele julgou cerca de 30 ações desse tipo. "Em todas, julguei para conceder indenização. Se esperou meia hora, estipulo indenização de R\$ 1.000. Se ficou uma hora na fila, R\$ 2 mil. Se demorou mais ainda, R\$ 3 mil".

O juiz disse que, desde o início

do ano passado, aproximadamente mil ações foram ajuizadas nas comarcas da Grande Vitória. Ele explicou que tanto o Estado quanto cada município possuem legislações sobre tempo de espera.

"Há jurisprudência de que é perda do tempo útil do consumidor. A lei é para ser cumprida. O cliente deve guardar a senha, que diz o horário que ele entrou na agência, e pedir ao caixa o horário de atendimento, para ter provas. Não é loteria que o cidadão ganha, é uma penalidade ao banco pela falha na prestação do serviço".

O Ministério Público do Estado ajuizou uma Ação Civil Pública contra a agência do Banco do Brasil de Nova Venécia.

Segundo o MP, houve 2.479 atendimentos acima do tempo estipulado pela lei municipal - até 15 minutos -, em março. O órgão pediu indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 500 mil.

O Banco do Brasil informou, por nota, que não foi notificado pela Justiça. E disse que suas unidades realizam planejamento conforme volume de clientes e dias do mês.



FILA EM BANCO: aproximadamente mil ações foram registradas na Grande Vitória desde janeiro do ano passado

Menos operações na boca do caixa

As transações realizadas na boca do caixa representaram 5,3% das operações bancárias em 2016, contra 22,8% em 2002. Os dados são de uma pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O órgão informou que mesmo com grande parte dos serviços sendo realizados pela internet, os bancos ainda investem em melhorias no atendimento físico ao cliente.

Segundo a Febraban, o investimento anual dos bancos, em tecnologia de atendimento ao cliente,

é de cerca de R\$ 20 bilhões.

Procurados, os representantes do Sindicato dos Bancários do Es-

tado (Sindibancários-ES) não foram localizados até o fechamento desta edição.

TEMPO DE ESPERA NOS BANCOS

Vitória

- > DIAS NORMAIS: 10 minutos.
- > DIAS DE PAGAMENTO: 20 minutos.
- > VÉSPERA e pós-feriado: 25 minutos.

Vila Velha

- > DIAS NORMAIS: 20 minutos.
- > VÉSPERA e pós-feriado: 30 minutos.

Serra

- > DIAS NORMAIS: 15 minutos.
- > DIAS DE PICO: 30 minutos.

Cariacica

- > DIAS NORMAIS: 15 minutos.
- > DIAS DE PICO: 25 minutos.

Fonte: Pesquisa AT.

Noivos ganham indenização de R\$ 10 mil na Justiça por casamento realizado no escuro em Ibiraçu, ES

Após 11 anos de namoro, bem no momento da cerimônia religiosa, a luz da igreja foi cortada sem aviso prévio. Os convidados e fotógrafos tiveram que usar lanternas.

casal de Ibiraçu que precisou se casar no escuro, após a energia da igreja ser cortada sem aviso prévio, ganhou a causa na Justiça e vai poder receber R\$ 10 mil de indenização. A situação aconteceu no dia 30 de julho de 2016.

Francinne Gianizelli e Ítalo Pianca, ambos de 27 anos, foram os noivos prejudicados. Eles contaram que toda a cerimônia foi cuidadosamente planejada, mas a decepção veio no tão sonhado momento do “sim”.

Francinne contou que a cerimônia estava marcada para acontecer às 19h na Igreja Matriz de São Marcos, no Centro de Ibiraçu, Norte do Espírito Santo. Os convidados já estavam na igreja quando a energia foi cortada, sem aviso prévio, por volta das 18h20. Todos aguardaram por uma hora, na esperança da luz voltar. Mas não voltou e a celebração foi realizada às escuras.

“Acabou a luz da cidade inteira. Eu estava no salão, terminando de me arrumar, quando tudo ficou escuro. Já na porta da igreja, vimos funcionários da companhia procurando o defeitos nos postes. Minha cerimonialista foi até eles e perguntou quando a energia voltaria, e eles responderam que seria logo. Mas não foi restabelecida e tive que casar no escuro, com uma hora de atraso. Foi angustiante”, explicou Francinne.

Para a cerimônia religiosa ser realizada, foi preciso que os convidados fossem em suas casas buscar lanternas e o fotógrafo colocou as luzes de LED de seus equipamentos para iluminar um pouco a igreja.

“Mas não foi possível usar o microfone, então muitos convidados não escutaram o que o padre dizia. Além disso, os músicos não puderam ligar os instrumentos e todas as músicas tiveram que ser trocadas. Eles cantaram a capella outras canções”, contou.

O atraso comprometeu também a festa do casamento, que tinha horário para início e término. “Foram muitos prejuízos. Perdemos uma hora de festa. Por sorte tinha energia no cerimonial, porque apesar de ser em Ibiraçu, a luz do local vem de João Neiva. Então a festa aconteceu normalmente, mas com uma hora a menos”, ressaltou a noiva.

Francinne disse que os convidados questionaram se eles iriam casar mesmo sem luz, mas ela falou para todos que casaria mesmo assim. “É um dia muito especial! Namoramos por 11 anos, planejamos o casamento com tanto carinho, a gente não podia desistir. Até hoje pessoas que a gente não conhece falam do nosso casamento, ficamos famosos na cidade por termos casado mesmo sem luz na igreja”, revelou.

Justiça

Os noivos entraram na Justiça contra a companhia de eletricidade no ano passado e o juiz condenou a empresa a indeniza-los em R\$ 10 mil por danos morais. Francinne afirmou que eles ficaram aliviados pela vitória. A decisão foi em primeira instância, então a empresa pode recorrer.

Em sua defesa, a companhia alegou que não havia provas das alegações do casal e afirmou que as fortes chuvas que atingiram o município naquele período teriam causado o corte de energia. Por se tratar de um caso fortuito e de força maior, a empresa defendeu que não poderia ser responsabilizada.

Na decisão favorável aos noivos, o magistrado da 1º Vara de Ibiraçu aplicou o Código de Defesa do Consumidor, que transfere para a fornecedora de produto ou serviço a responsabilidade por comprovar o alegado em sua defesa, o que não foi feito pela companhia de energia. Além disso, o juiz afirmou que as fotos apresentadas pelo casal comprovam que a cerimônia foi realizada na igreja sem energia elétrica.

Assim, o magistrado concluiu que “o casamento religioso é um momento de extrema importância para os noivos e também para a família, e todos esses transtornos causados por culpa exclusiva da requerida, geraram grande frustração, além de abalo emocional e psicológico aos requerentes, bem como aos seus familiares”, justificando assim a condenação.

Motorista preso por atropelar família na Rodovia do Sol é solto por determinação da Justiça no ES

O advogado dele entrou com pedido de habeas corpus e a Justiça decidiu pela liberação, nesta quarta-feira (19). No acidente, dois homens morreram e uma criança ficou gravemente ferida.

O motorista preso por atropelar uma família na Rodovia do Sol, em Vila Velha, no domingo (16), foi solto, segundo a Secretaria de Estado de Justiça (Sejus). O advogado dele entrou com pedido de habeas corpus e a Justiça decidiu pela liberação, nesta quarta-feira (19).

No acidente, dois homens morreram e uma criança ficou gravemente ferida após serem atingidos por um Renault Sandero. A criança foi encaminhada ao Hospital Infantil de Vitória com traumas nas pernas e nos braços. A família seguia para o chá de bebê do filho de Daimo Ramos de Souza, uma das vítimas que morreu.

O homem que atropelou a família atua como motorista do aplicativo Uber e se envolveu no grave acidente após sair de uma partida de futebol com amigos. No local, houve um churrasco e o condutor admitiu que ingeriu bebida alcoólica.

Ele foi autuado por homicídio culposo e lesão corporal culposa. Além disso, a Polícia Militar multou o condutor em R\$ 3 mil e suspendeu a habilitação dele. Em seguida, o homem foi levado ao Centro de Triagem de Viana, de onde foi liberado três dias depois.

Chá de bebê

O marceneiro Daimo Ramos de Souza, de 29 anos, seguia com o padrasto Vitalínio José Cardoso, de 39 anos, para buscar a mãe, que veio de Brejetuba, região Serrana do estado, para o chá de bebê do neto, e os aguardava em um ponto de ônibus de Vila Velha.

Os dois homens deixaram o carro, um Fusca, próximo ao posto e foram encontrar a mãe, Sonede Ramos de Souza, que saltou no ponto de ônibus errado e estava com uma criança, sobrinho de Daimo. Após encontrá-los, todos seguiram em direção ao posto para entrar no carro, quando foram atingidos pelo Sandero e lançados a alguns metros.

O chá de bebê aconteceria em Retiro do Congo, em Vila Velha, para onde Damio, a esposa e o filho de cinco anos haviam se mudado há dois meses. A esposa de Damio, que está grávida de oito meses, precisou ser socorrida após saber do acidente.

Notícias

Famílias deixam antigo IAPI e prédio é lacrado no Centro de Vitória

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/07/familias-deixam-antigo-iapi-e-predio-e-lacrado-no-centro-de-vitoria-1014081011.html

Famílias deixam prédio do antigo IAPI e imóvel é lacrado no Centro de Vitória

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/v/familias-deixam-predio-do-antigo-iaapi-e-imovel-e-lacrado-no-centro-de-vitoria/6027855/>